

“A política e o horizonte de possibilidades na perspectiva dos jovens nas classes subalternas”

Thais Pavez

Trabalho preparado para apresentação no IV Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 07 a 11 de abril de 2014

Resumo: O artigo apresenta uma discussão sobre o horizonte de possibilidades dos jovens da periferia como grupo social no interior da sociedade de classes no contexto do Lulismo. Busca-se identificar o processo de construção e trânsito entre essas alternativas por meio da análise da narrativa e depoimentos orais sobre a história de vida. Indaga-se sobre quais as possibilidades que se colocam no presente, como os sujeitos informam suas ações na escolha de alternativas e trânsito entre elas, como articulam o passado e antecipam o futuro nessas alternativas, e qual é o papel da política numa projeção coletiva do futuro. A pesquisa objetiva-se, portanto, à compreensão da visão social do mundo dos jovens na periferia estudar a percepção individual e coletiva dos jovens das classes subalternas sobre a dimensão institucional (partidos e governo) e eleitoral da política, e a luta de classes e ação transformadora do presente.

Palavras-chave: juventude, lulismo, periferia, política.

Introdução

O artigo discute a pesquisa que tem por objeto a compreensão do horizonte de possibilidades dos jovens da periferia como grupo social no interior da sociedade de classes¹. Busca-se identificar o processo de construção e trânsito entre essas alternativas por meio da análise da narrativa e da perspectiva desse mesmo grupo. Indaga-se sobre quais as possibilidades que se colocam no presente, como os sujeitos informam suas ações na escolha de alternativas e trânsito entre elas, como articulam o passado e antecipam o futuro nessas alternativas, e qual é o papel da política numa projeção coletiva do futuro. A pesquisa objetiva-se, portanto, à compreensão da visão social do mundo dos jovens na periferia e — sob essa perspectiva— a estudar as mediações discursivas e seu impacto na percepção individual e coletiva dos jovens das classes subalternas sobre a dimensão institucional (partidos e governo) e eleitoral da política, e a luta de classes e ação transformadora do presente.

O estudo da visão de mundo e a projeção do futuro dos jovens colaboram num diagnóstico tanto dos limites do presente como de um horizonte futuro — projeções do presente— que ainda não se realizou, permitindo a presença de oposições que se qualificam mutuamente de modo a nos entregar um quadro sobre as formas de vidas atuais. Para a implementação da pesquisa, realizaremos uma análise das narrativas e depoimentos de jovens moradores da periferia de São Paulo de modo a estudar a intersecção entre a história de vida desses sujeitos e a vida social e cotidiana. Privilegia-se em termos metodológicos o estudo da narrativa pois: i) permite a articulação do tempo, ou seja, reata os fragmentos do passado e enuncia o futuro (Bosi, 2004; Jameson, 2005), ii) oferece como recurso a linguagem, permitindo a análise do discursos e palavras-chave significativas e indicativas de certas formas de pensamento (Williams, 2003), e outorga visibilidade às concepções de mundo. Toda linguagem para Gramsci contém elementos de uma concepção do mundo (Simionatto, 2009), iii) resgata a complexidade de acontecimentos e eventos trazendo pontos de vista diversos, às vezes opostos, elucidando as múltiplas mediações culturais que atravessam a visão do sujeito e iii) desdobram as questões postas pelo cotidiano. Desse modo, buscaremos como objetivo geral do estudo verificar a presença de um conjunto orgânico de ideias, valores, crenças, convicções, e expectativas (Löwy, 2008) articuladas em uma visão de mundo

¹ Empiricamente tratarei inicialmente da periferia de São Paulo. Entretanto, para fins de elaboração do problema, uso o termo periferia como um conceito político, econômico e social.

do grupo social de jovens da periferia de modo a buscar as conexões interpretativas entre esta, a política, o cotidiano e os projetos de vida e alternativas que se inscrevem no seu horizonte. Nessa articulação, indagaremos a respeito de i) seus projetos de vida em termos da sua elaboração social e política e ii) da predominância na visão de mundo coletiva da reprodutibilidade de ideias que estão no senso comum e na fala estereotipada (ideologia), das brechas e fissuras a ideias e representações que aspiram a outra realidade ou a uma realidade inexistente (utopias), ou de uma temporalidade sem futuro ou de destrutibilidade (distopias, ou anti-utopias).

A escolha dos jovens da periferia entre outros grupos sociais que constituem as classes subalternas segue principalmente questões que confluem na i) crítica da situação da juventude na sociedade do consumo e do seu tratamento discursivo como objeto, segmento e público-alvo e ii) nos sentidos diversos dados à relação entre política e cultura a respeito desse grupo social na literatura, iii) na ampliação do horizonte de destrutibilidade colocada aos jovens da periferia nas grandes regiões metropolitanas desde a década de 80 e que, de tempos em tempos, chega ao ponto de crise, a exemplo da que atualmente se deflagra no estado de São Paulo.

i) A partir dos anos 90, o mercado desenvolve pesquisas de tendências culturais que buscam captar as transformações na mentalidade, nos estilos de vida e nas formas de manifestação do desejo de consumo, tendo na "cultura jovem" um dos seus principais objetos (Fontanelle, 2004; Kehl, 2009a). Nos anos 2000, o próprio mercado se torna super-disponível para a pobreza na ampliação da capacidade de consumo. Na cultura do novo capitalismo (Sennett, 2006), a busca desta energia criativa dos "empreendedores incansáveis" nesse "novo segmento" (os pobres) é alimentada pela antecipação do que se deseja (e não pela coisa em si), no despertar da "paixão que se auto consome". No discurso da Vida Loka disseminado entre a juventude da periferia de São Paulo, a exaltação do desejo pelo consumo encontra conseqüências mortíferas. Os jovens também passam a ser o "público alvo" de programas socioassistenciais e culturais implementados pelo terceiro setor (ONGs e fundações) na periferia, estabelecendo assim canais pelos quais são irrigados os discursos do "empreeendedorismo" e do "protagonismo juvenil" (Souza, 2009; Rizek, 2011; Ota, 2009). A própria trajetória temática da juventude no interior das ciencias sociais brasileiras, segundo Ota (2010), anuncia essas questões. De acordo com o autor, se os estudos sobre juventude na década de 60 e 70 discutiam aspectos de transformação

social potencialmente existentes no segmento juvenil (tendo como eixo o mundo do trabalho), já na década de 80 e 90 tratavam da crescente valorização da dimensão cultural dos diferentes grupos juvenis obliterando —na crítica do autor— uma compreensão mais unificada e totalizante dos processos sociais. O período mais recente, segundo Nilton Ota, é marcado pela centralidade da violência e do corpo como arena de disputa política e meio de interlocução social. Desse modo, mais do que uma categoria social, os jovens têm sido tratado como forma normativa —ao mesmo tempo princípio e objeto de regulação, segundo Ota — e como segmento na proliferação de discursos sobre a juventude e sua cultura. Diante disso, propomos observar e analisar esses discursos a partir da própria perspectiva dos jovens da periferia. ii) Nos anos 90, parece ter ocorrido um deslocamento da capacidade narrativa dos sujeitos para a capacidade de simbolização no âmbito cultural. Para alguns, sem necessariamente restabelecer uma conexão com a política e as lutas sociais (Kehl, (2009a) e Caldeira), para outros, como uma forma crítica e de rearticulação com a política para além das dimensões institucionais que se expressam nos coletivos culturais e *saraus*². Diante disso, cabe indagar qual é esta forma de organização e articulação entre política e cultura, e quais são as mediações ideológicas que atravessam essas práticas; quanto há de força mobilizadora e quanto de reprodução do senso comum das classes dominantes que desmobiliza iniciativas críticas advindas das camadas subalternizadas (Simionatto, 2009). iii) Por fim, a evolução do panorama de crimes violentos desde a década de 80 mostra que há uma predominância desse fenômeno principalmente na população jovem da periferia das regiões metropolitanas do Brasil, sendo que periodicamente essas mortes aumentam de forma abrupta. Fenômeno associado ao ciclo de vinganças que geram disputas entre organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas e entre estas e a polícia. Tendo como base os dados do Mapa da Violência, publicado no corrente ano, os especialistas encarregados do estudo apontam para uma "pandemia" de mortes de jovens negros no país.

O presente texto está organizado em duas seções, além desta introdução. Na primeira, trato das mediações ideológicas nas classes subalternas. Abordo brevemente os principais conceitos teóricos e, em seguida, apresento o contexto e desenvolvimento histórico das mediações discursivas presentes na periferia.

² Ver Leandro Hoehne no artigo intitulado "perifativismo cultural, um olhar político jovem", publicado no jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* em novembro de 2012.

1. Mediações ideológicas nas classes subalternas

O problema aborda os efeitos do processo de entrada da hegemonia neoliberal no país num deslocamento do eixo sobre o qual giravam as práticas e as expectativas sobre o todo social. Até os anos 90, o projeto de vida operário era o "nexo de sentido que vinculava a periferização dos grandes centros industriais ao projeto de modernização do país" (Feltran, 2010:61). Este horizonte energizava as ações dos sujeitos que lutavam por mudanças sociais em que se destacou o papel histórico dos movimentos sociais. O sentido desse projeto era dado pela narrativa de sujeitos coletivos que se nutriam dos discursos do cristianismo de base, do marxismo e do novo sindicalismo (Sader, 1989).

No entanto, para Feltran (2011), o desemprego estrutural e a flexibilização da acumulação gerados pelos ajustes ao neoliberalismo gerou uma verdadeira onda sísmica que deslocou a centralidade do projeto de vida operário que se enraizava na cultura popular. Soma-se a esse quadro a intensificação da violência e do medo na periferia gerada pelo ampliação do mundo do crime. Distintos estudos, segundo Feltran (2011), mostram que no mesmo período houve uma forte retração da igreja católica e do trabalho de base e ocorre também a quebra do movimento sindical. Ainda muito presente entre as gerações antigas, nas palavras de Feltran "essa narrativa teve força suficiente para manter a coesão social das periferias de São Paulo até os anos 1990" (Feltran, 2010:61). A partir daí, o autor nota indícios de uma fratura social. Fernandes (2010) coincide com esse diagnóstico que parece apontar a uma intensificação da anomia ou da alienação no que se refere à perda de sentido e à sensação de incapacidade para influenciar o transcurso da vida social, (Williams, 2003). A precarização das condições de vida da classe trabalhadora e moradores da periferia "trouxe consigo o desmanche de um já frágil tecido social constituído nos anos 70 e 80, de modo que as condições materiais e psíquicas (ou espirituais) da população mais pobre se agravaram, diminuindo ainda mais as alternativas de sobrevivência para parcelas cada vez maiores do povo" (Fernandes, 2010: 47). Emerge, então, o descompasso entre a intensificação do sofrimento da periferia e a perda da capacidade de elaboração do cotidiano dos discursos dos quais se nutriam os movimentos sociais. Sem a mediação do discurso, os sujeitos são lançados "na vida nua" e num mundo em que o sentido fica fora do alcance (Birman, 2003).

Já a finais da década de 90, na proposição de Feltran (2007), a atuação política dos movimentos sociais se inverteu gradualmente, diminuindo a intermediação do acesso das demandas sociais populares ao mundo público e privilegiando a mediação do acesso dos atores relevantes na esfera política aos setores populares. O papel de mediação trouxe aspectos positivos. Segundo o próprio autor e de acordo com os resultados da pesquisa que realizei em Santo André, isso se verifica; na ampliação do fluxo de informação entre mundos antes distantes (o mundo da administração pública e da periferia) e na inserção de um conjunto extenso de organizações sociais na discussão sobre políticas públicas, que se comprova na ampliação de acesso a serviços e equipamentos públicos nas periferias de São Paulo já a finais dos anos 90 em gestões de esquerda. Nesse papel, as lideranças dos movimentos passam a ser responsáveis pela mediação das relações cotidianas entre o Estado e os cidadãos (Lotta e Pavez, 2010). Entretanto, para Feltran (2007) justamente nesta inversão de sinal aparece a perda de vitalidade destes sujeitos coletivos na ação política.

A persistência da violência na periferia experimentada ao longo desses anos, nas palavras de Gabriel Feltran: "lança por terra qualquer interpretação que veja a violência nas periferias como algo banalizado" (Feltran, 2012: 407). O autor verificou ao longo dos muitos anos de pesquisa etnográfica em São Paulo a recorrência de colapsos nervosos, diagnósticos de distúrbio mental e depressão, associados e situações limites, de mortes violentas na família ou na rede de sociabilidade e pelo medo constante gerado pela proximidade do crime. O "mundo do crime" — no termo adotado por Gabriel Feltran— se ampliou ao mesmo tempo que o mercado (legal e ilegal) da venda de ilusões de segurança, do acirramento da segregação e da estruturação do tráfico de drogas nas periferias como "centro de gravitação" de outros mercados mundiais, altamente rentáveis, como o tráfico de armas (Feltran, 2011). A criminalidade violenta, na afirmação de Feltran, estaria também associada ao deslocamento em todo um "mundo social anterior" que estruturava a vida popular. Para o autor, "a geração nascida nos anos 1990 não pode *sonhar*, como há duas ou três décadas, com a estabilidade do projeto de vida operário nem com a possibilidade de ascensão social de uma família fundada nesses marcos. A expectativa de melhorar a vida é, no máximo, individual" (Feltran, 2010: 61). O fracasso do projeto coletivo de mobilidade social da geração anterior, segundo o autor, era algo já assimilado pela geração dos 90. Esta assimilação

teria sido, justamente, às avessas; na falta das substâncias discursivas que alimentavam um projeto coletivo que, por sua vez, energizava a ação transformadora dos sujeitos.

Abre-se nesse contexto um vazio que então começa a ser preenchido por novas formas de mediação. A saber: i) o mercado estabelece "pontes" na periferia para implementar programas sociais e culturais, ii) surgem novas práticas urbanas e manifestações culturais que simbolizam a experiência dos jovens na periferia, iii) emerge o discurso da teologia da prosperidade das igrejas neopentecostais iv) já quase no início dos anos 2000 são criados os dispositivos de mediação de conflito do Primeiro Comando da Capital (PCC) e se espalha entre os jovens o discurso da Vida Loka. Assim, sem o eixo de sentido do projeto de ascensão via movimentação social (que portanto, necessita da política, da luta e da transformação), o projeto de vida na década seguinte começa a ser hegemonizado por práticas articulatórias (no sentido de Laclau) que têm, por exemplo, no consumo e no empreendedorismo categorias centrais e que se restringem ao plano da ação individual.

A seguir, comento brevemente as mediações ideológicas, cujo desenvolvimento histórico trato na seguinte seção:

i) *Cultura e Política:*

- *O mercado e o terceiro setor na implementação de programas sociais e culturais*

Como estratégia de aproximação ao cotidiano, o terceiro setor constrói pontes por meio de jovens (moradores do bairro) que fazem a mediação entre "os territórios" e a fundação ou ONG. Dada a função dos mediadores — de tradução, triangulação de informação, entre outros, na dimensão cultural (Lotta e Pavez, 2010)— facilita-se a irrigação de idéias e discursos, a exemplo do "protagonismo juvenil" (Souza, 2009) e do "empreendedorismo". Sem resultados significativos em termos de uma finalidade³ — e portanto, da outorga de um horizonte—, na inversão entre meios e fins, a obtenção de um trabalho formal (ou um "bom emprego") é substituída por ações culturalizadas. São as ações em si, então, que ganham centralidade na implementação e fazem parte da grande quantidade de programas implementados que circula no material de disseminação das entidades do terceiro setor. A este respeito, alguns autores (Rizek, 2011, Souza, 2009 e Ota, 2010) vem apontando os efeitos perversos da gestão cultural

³ Na entrevista com um dos jovens "mediadores", foi apontada a alta evasão desses programas sociais. Nilton Ota também confirmou essas observações em sua pesquisa.

da pobreza, vista numa proliferação de programas culturais que destituem formas de ação política por meio de discursos e práticas. Estas dificultam a articulação de narrativas com uma perspectiva de totalidade, privilegiando uma visão fragmentada da realidade. Tratam de "microrevoluções" (por oposição a grandes revoluções) e de um diálogo do local direto com o global. Nesses discursos, afirma-se incansavelmente o descaso dos jovens com as "velhas formas de fazer política", vista em partidos políticos e sindicatos para candidatar suas ações como uma "nova política". Justamente no acoplamento crescente entre programas sociais e programas culturais (de apoio a grupos de hip-hop, corais, e todo tipo de artes), nas palavras de Cibele Rizek.

- *Surgimento de novas práticas urbanas e dos coletivos culturais*

Nos anos 90, parece ter ocorrido um deslocamento da capacidade narrativa dos sujeitos para a capacidade de simbolização no âmbito cultural, sem necessariamente restabelecer uma conexão com a política e as lutas sociais. Nesses período, nascem na periferia das grandes cidades do Brasil grupos de hip-hop e rap. Nesse período surgem também novas práticas urbanas que incluem o grafite, a pichação e as novas formas de circular pela cidade. Apesar da forte presença na cidade, não transmitem uma mensagem, nem elaboram um discurso. Nas frases, as palavras são altamente simbolizadas. Atualmente, uma das expressões comuns que aparecem nessas práticas urbanas é a da Vida Loka. Mais recentemente, nos anos 2000, proliferam coletivos culturais e saraus na periferia. Diante disso, cabe indagar qual é esta forma de organização e articulação entre política e cultura, e quais são as mediações ideológicas que atravessam essas práticas.

ii) Emergência das igrejas neopentecostais

A igreja católica sob o mandato de João Paulo II sanciona fortemente a teologia da libertação provocando uma retração desse discurso na periferia na década de 90. A isso, se somou o que Fernandes (2010) chamou de "burocratização das CEBs", vista na dedicação dos seus impulsionadores à dinâmica eleitoral e na dificuldade de continuar oferecendo a "mística comunitária acolhedora" que, na sua visão, foi "uma das principais causas de seu sucesso, dando respostas diárias às necessidades materiais e às angústias espirituais" (Fernandes, 2010:47) dos moradores da periferia. Para o autor, o cristianismo das comunidades de base teria deixado, com isso, de representar uma alternativa de ressignificação do "sofrimento derivado das injustiças sociais e à exploração da classe trabalhadora" (Fernandes, 2010:48). Diante disso, registra-se um

forte avanço do neopentecostalismo que tem na sua predica da prosperidade um diálogo com um projeto individual de ascensão socioeconômica. De acordo com os dados de Fernandes (2010), entre 1989 e 1992 na região metropolitana do Rio de Janeiro foram construídas uma média de cinco novas igrejas por semana, das quais 91% eram evangélicas e destas 80% se localizavam na periferia. Ainda, é necessário a respeito da mediação ideológica e sua influência no senso comum e nas práticas das classes subalternas avançar na pesquisa bibliográfica — de autores como Ronaldo de Almeida e Flávio Pierucci que se debruçam sobre essas questões — e do trabalho empírico contemplado para o desenvolvimento da pesquisa da tese.

iii) Ampliação do mundo do crime

A violência letal em escalada passou a ser uma realidade dos moradores da periferia a meados da década de 80 e início dos 90. De acordo com Caldeira (2000), o principal motivo do aumento da violência foi o tráfico de drogas. Nesses anos, a periferia de São Paulo sofre com um aumento sem precedentes das mortes violentas gerada pelo abuso policial e pelos ciclos da violência que tem na vingança seu motor principal. É nesse período que se inicia a estruturação do mercado mundial do tráfico de drogas (especialmente do crack), negócio altamente lucrativo cujo cenário de operação no país passam a ser as periferias das grandes cidades. A violência policial e do sistema prisional que seguia em alta na década de 90 em São Paulo, viu nascer no seu interior o Primeiro Comando da Capital (PCC). O discurso contra a "opressão do Estado" e a necessidade de união da população carcerária foi acompanhada pela expansão do seu domínio por meio da demonstração da violência física nas muitas rebeliões em prisões desse período. Ali, começaram a ser ensaiados os dispositivos de mediação de conflito. A introdução dos “debates” como mediadores legítimos da conflitualidade própria desse ambiente é um mecanismo central na explicação da brusca queda da taxa de homicídios na periferia nos anos 2000 (Feltran, 2010). A partir de 2003, 2004, o PCC alcança uma hegemonia no sistema prisional e nos territórios, por onde se espalha o discurso da Vida Loka.

2. Contexto e desenvolvimento histórico das mediações discursivas na periferia

Estes discursos e práticas identificados em um acúmulo razoável de estudos etnográficos e empíricos da sociologia urbana brasileira são gerados no interior do crime (na exaltação da Vida Loka), das igrejas pentecostais, do terceiro setor e, de forma mais difusa, na ampliação do mercado de consumo popular em um momento do capitalismo que transforma a pobreza em matéria virtuosa. Todas elas, no entanto, devem ser analisadas no seu desenvolvimento histórico para compreender as transformações ocorridas no corpo de práticas e de expectativas sobre o todo social.

Apresentamos, as seguir, o contexto histórico e desenvolvimento histórico das mediações que se acumulam no presente da periferia.

Finais da década de 80 a 2000 — a "fala do crime" e a entrada a hegemonia neoliberal

Nesse período, parece ter ocorrido um deslocamento da capacidade narrativa dos sujeitos para a capacidade de simbolização no âmbito cultural, sem necessariamente restabelecer uma conexão com a política e as lutas sociais. Nesses anos, nascem na periferia das grandes cidades do Brasil grupos de hip-hop e rap sob o signo do "global". É o caso do banda Nação Zumbi formada em 1991 no Recife apoiado por uma ONG, ligada ao trabalho de base. No relato de Maria Rita Kehl, naqueles anos de retração do Estado, onde se criava um espaço de encontro surgia freqüentemente uma expressão artística. As músicas falam principalmente do contexto próximo, do bairro, da favela. Para Kehl (2009a), é a capacidade de simbolizar a experiência da periferia e de produzir uma fala significativa que fez a alguns destes grupos serem seguido por milhares de jovens, moradores da periferia. É o exemplo, dos Racionais Mcs.

As pichações nos muros da cidade também emergem nesse período. Segundo Teresa Caldeira⁴, estas práticas urbanas incluem o grafite, a pichação e as novas formas de circular pela cidade (do skate à circulação em motocicletas, objetos do desejo de consumo no discurso da Vida Loka, como veremos). Para Caldeira, estas garantem principalmente aos jovens (do sexo masculino) uma visibilidade na cidade que traz consigo aspectos contraditórios. São práticas que vão do "levemente ilícito ao criminoso", mas não são transgressoras. Impressiona, ressalta Caldeira, a falta de

⁴ As citações de Teresa Caldeira a respeito deste assunto foram registrada nas anotações que realizei no Seminário Internacional "Fronteiras em Movimento: deslocamentos e outras dimensões do vivido" realizado do 1º a 07 de agosto de 2012 em São Paulo. Tenho intenções de entrevistar esta autora como parte da pesquisa para o desenvolvimento da tese.

radicalidade e a ausência de ação política nessas manifestações. Apesar da forte presença na cidade, não transmitem uma mensagem, nem elaboram um discurso. Nas frases, as palavras são altamente simbolizadas. O que este corpo de práticas produz, na visão de Caldeira, é a desestabilização da produção de signos como um todo. Sem narrativa, a indignação se expulsa. Atualmente, uma das expressões comuns que aparecem nessas práticas urbanas é a da Vida Loka.

Essas práticas culturais, de acordo com a própria afirmação de Ota (2010) e de Teresa Caldeira, foram objeto de controle e apropriação, de interesse acadêmico e de mostras artísticas fora do país, reforçando uma supervalorização do seu aspecto cultural (e de mercado), em detrimento do seu aspecto político.

Na transição dos anos 90 a 2000, os grupos culturais — chamados hoje de "coletivos culturais" — continuaram a crescer. No trabalho de Tomassi (2012) sobre trajetórias de jovens na periferia de Natal, a autora ressalta a presença de grupos que vivem na "quebrada" que se formaram a partir do interesse comum pela "cultura hip-hop". Fenômeno nada inusitado na periferia, nas palavras da autora. De acordo com os dados que apresenta no trabalho, em 2006, havia aproximadamente 400 grupos, que em geral não recebem nenhum apoio formal e não estão legalizados. Para Tomassi (2012), se nos anos 70 e 80 esses grupos

A análise da autora aponta para a retração do trabalho político de base e a um avanço da oferta de programas sociais implementados pelo terceiro setor na periferia. Como estratégia de aproximação ao cotidiano, o terceiro setor constrói pontes por meio de jovens (moradores do bairro) que fazem a mediação entre "os territórios" e a fundação ou ONG. Dada a função dos mediadores — de tradução, triangulação de informação, entre outros, na dimensão cultural (Lotta e Pavez, 2010) — facilita-se a irrigação de idéias e discursos. Sem resultados significativos em termos de uma finalidade⁵ — e portanto, da outorga de um horizonte —, na inversão entre meios e fins, a obtenção de um trabalho formal (ou um "bom emprego") é substituída por ações culturalizadas. São as ações em si, então, que ganham centralidade na implementação e fazem parte da interminável contagem de programas implementados que circula no material de disseminação das entidades do terceiro setor. Assim, por meio de mediações

⁵ Na entrevista com um dos jovens "mediadores", foi apontada a alta evasão desses programas sociais. Nilton Ota também confirmou essas observações em sua pesquisa.

culturais na oferta de programas, parece ter ocorrido o início de um processo de aproximação do mercado à periferia.

Anos 2000- Lulismo e ascensão via consumo

O pensamento radical presente na criação do Partido dos Trabalhadores —ou no espírito de "Sion" nas palavras de Singer (2010)— continuou a se expressar até 2002 na crítica ao capitalismo (no Fórum Social Mundial de Porto Alegre) e na proposta de uma plataforma "reformista forte"⁶. Na convenção do Anhembi em São Paulo, nesse ano, o partido assume no programa de governo do futuro presidente Lula um compromisso com a estabilidade dos indicadores macroeconômicos no tom que pregoava o neoliberalismo (Singer, 2012). Exaltaram-se ali as conquistas econômicas do período anterior (redução da inflação, controle de contas públicas), apresentadas como aspiração do povo brasileiro (Singer, 2010). Na formação do que André Singer chamou dessa "segunda alma" foi alterada a radicalidade do partido. Da diminuição da desigualdade e da ampliação dos direitos universais, que tinha na organização popular e na movimentação social seu motor, passou a tratar-se da pobreza. De acordo com Singer (2012), sua diminuição viria com a neutralização do capital por meio de concessões e não pelo confronto político e a luta social, necessárias às mudanças na distribuição do poder. Nesse contexto de desmobilização, é plausível supor que os discursos deixam de exaltar as contradições de uma sociedade organizada pelo modelo do capital e que nutriam as narrativas dos sujeitos sociais para a mudança. A questão da pobreza passa a ganhar, então, um amplo consenso; esta poderia ser reduzida sem confronto e na ausência da radicalidade e da movimentação social. Para André Singer, a conjugação entre políticas que beneficiam o capital (estabilidade) com políticas sociais, de transferência de renda, de valorização do salário mínimo e ampliação do crédito, permitiu não só a coexistência de ambos os princípios no partido, mas teria impulsionado um realinhamento do eleitorado a partir de 2006 que estabeleceu a clivagem política entre pobres e ricos junto com o surgimento do que o autor chamou de "Lulismo"; o "encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração das classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre

⁶ De acordo com Singer (2012), exemplos das propostas do "reformismo forte" eram: "a garantia do trabalho agrícola por meio da distribuição de terras , a tributação do patrimônio das grandes empresas e fortunas para criação de um fundo nacional de solidariedade que financiasse projetos apresentados por organizações comunitárias" (Singer, 2012:187)

2003 e 2005" (Singer, 2012: 15). Assim, a agenda do Lulismo, segundo Singer, se organizou em torno do combate à pobreza por meio do estímulo da demanda interna com o aumento do poder de consumo dos mais pobres sem contraposição aos interesses do capital.

As mudanças no padrão de consumo na população de baixa renda já em 2004 sugeria uma "pobreza diferente". No artigo de Torres, Bichir e Pavez (2006), os dados comparados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) de 1995 e 2004 nas regiões metropolitanas mostravam expressivas melhoras em termos de maior acesso a bens (TV, geladeira, fogão, banheiro, dentre outros) e serviços (luz, água, coleta de lixo e esgoto) das famílias com renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo sobretudo nas regiões metropolitanas do Nordeste. As tentativas explicativas dos autores ressaltavam um importante crescimento na oferta de crédito — relacionada ao aumento do crédito direto ao consumidor, ao aumento do crédito consignado em conta corrente (inclusive para aposentados e pensionistas)— e a maior proporção da população com acesso a contas bancárias (por meio da chamada conta simplificada). Ressaltavam também o papel do Estado, no governo do PT, e a ação dos movimentos sociais como responsáveis pela melhora da cobertura dos serviços. No que passou a ser chamado de nova cidadania ou cidadania ampliada (Dagnino, 2004), se expressava a demanda articulada pelos movimentos sociais por acesso aos equipamentos urbanos e serviços públicos. Em relação ao Estado, advertia-se um intenso processo de ampliação da sua ação no âmbito das políticas sociais que tomava rumos distintos ao do neoliberalismo da década anterior. Parecia, assim, ter ocorrido uma mudança no quadro de extrema precariedade das condições de vida e falta de acesso a serviços básicos que acompanharam o período de urbanização mais acelerada nas grandes cidades, descrita na literatura sobre pobreza urbana no Brasil da década de 70 e 80. Essas mudanças — e ainda no início do primeiro governo Lula — não tinham sido acompanhadas, ainda, por uma melhora substantiva dos níveis de pobreza. No seguinte governo, busca-se reverter o quadro de desemprego estrutural dos anos 90. A condição dos mais pobres no mercado de trabalho mostrava um quadro de forte desemprego dessa população nas regiões metropolitanas do país. Estes vinham obtendo seus rendimentos em atividades não só remunerada de forma precária, mas também episódicas e descontínuas, gerando — dentre outros efeitos — uma instabilidade no orçamento domiciliar dificultando o planejamento do gasto e o do endividamento e uma sobre exposição à ação especulativa

de agiotas informais e de financiadoras. É no segundo mandato Lula que ocorre a virada no melhora das condições monetárias dos mais pobres. Na ativação do mercado interno de massa com a valorização do salário mínimo em 2005 e com a forte queda da taxa de desemprego entre 2007 e 2008 (Singer, 2012).

As políticas de ambos os períodos conseguem melhorar a precariedade das condições de vida na cidade e reduzir o que André Singer (2012) chamou de "pobreza monetária"; para ele, juntas compõem a "economia política do Lulismo".

Estávamos diante de um processo de forte tematização da pobreza. Por um lado, o Estado assume um papel central na sua redução via melhoria das condições de vida e capacidade de consumo. Por outro, o mercado inicia sua positivação. Sem poder ainda estabelecer hipóteses mais precisas sobre as conexões entre estes processos, inicialmente proponho que a queda da pobreza monetária conflui, já a meados da primeira década dos anos 2000, com a busca do mercado por novos consumidores. São estas as novas terras a serem conquistadas para além dos já "saturados mercados de classe média e alta. Pobreza, então, é significada em termos de exclusão do mercado e, ao mesmo tempo, como "mercado latente" de geração de lucros. No caso do Brasil, a redução da pobreza por meio do estímulo da demanda interna dos consumidores teria produzido, de acordo com Singer (2012),

o "suporte material do lulismo". Estratégia que teria se mostrado fundamental para enfrentamento da crise mundial de 2008. Para esse então, nas suas palavras "foi possível apresentar aos capitalistas a perspectiva de vender carros e casas para uma classe C ampliada no Brasil, pois ela já existia".

Para o início da conquista, segundo Prahalad (2005), era necessário primeiro mudar a imagem dos pobres; nas suas palavras, de "vítimas" para "empreendedores incansáveis" e "consumidores", afastando sua negatividade (opacidade que se traduzia na imagem da miséria, da injustiça e da desigualdade). Da expectativa de transformação dos pobres em empreendedores e consumidores, decorre outro aspecto importante dos negócios "na BoP"; apresenta-se como uma "solução *conjunta* para o problema da pobreza" (Prahalad, 2005:15). Para que as "oportunidades" da BoP se tornem viáveis, afirma CK Prahalad, é necessária uma agenda compartilhada entre grandes e pequenas empresas, governos, Organizações Não Governamentais e os próprios pobres. Escalada orientada à disseminação do empreendedorismo como chave articulatória destes negócios.

O empreendedorismo é uma das noções mais importantes da cultura do novo capitalismo, e o consumo seu coração (Sennett, 2008). Seus predicadores conectam, nesta releitura, consumo e empreendedorismo à pobreza (se deixa de ser consumindo) e ao trabalho (que se substitui sendo empreendedor). Estas substâncias irrigam hoje a periferia por meio do discurso de implementação de programas sociais e culturais da "burocracia do terceiro setor". Antes de oferecer emprego ou assegurar postos de trabalho, este discurso e seus projetos promovem o "empreendedorismo" e o "incremento da capacidade de empregabilidade" dos pobres e, em especial, dos jovens. Insubstâncias (e, por isso, não mesuráveis enquanto aos seus resultados) que se tornam as próprias metas dos projetos de gestão da pobreza. Estaríamos, então, diante de uma mudança no sinal da pobreza para o capitalismo. Nas palavras de Nilton Ota; "a pobreza, tradicionalmente compreendida como puro negativo da mercadoria, signo supremo das insuficiências históricas por justiça, transforma-se em matéria virtuosa e estratégica da "cultura do novo capitalismo" (Ota, 2010). A relação do mercado com a pobreza se dá, inicialmente, por quatro caminhos: 1) a venda de produtos "sob medida" aos pobres; 2) a incorporação de um excedente cultural em produtos de venda ao mercado geral que decorre da ação de suas fundações⁷, 3) por meio de programas sociais e culturais que irrigam seu discurso na periferia, e 4) pelo consumo no mercado geral. Na cultura do novo capitalismo, a busca desta energia criativa dos "empreendedores incansáveis" é alimentada pela antecipação do que se deseja (e não pela coisa em si). No despertar da "paixão que se auto consome", de acordo com Richard Sennett, a imaginação toma sua forma mais vigorosa na antecipação e, logo em seguida, vai se debilitando permanentemente quando usamos, gastamos e consumimos as coisas (Sennett, 2006). Em síntese, no estágio do capitalismo atual, a expansão do consumo se dirige a espaços antes não alcançados; a imaginação (que, como vimos tinha se iniciado na década de 80 com a venda de experiência) e a pobreza.

Este movimento do capital no âmbito nacional parece estar articulado ao que Bauman (2000) chamou de "passagem gradual mas implacável de uma *sociedade de produtores* a uma *sociedade de consumo*"; de uma sociedade orientada pela ética do trabalho a outra governada pela estética do consumo" (Bauman, 2000: 114). Para o

⁷ Žižek (2006) identifica a incorporação do "valor social" nos produtos como parte do "capitalismo cultural" que se expressa no consumo do excedente "cultural" de um produto que inclui no seu valor a preocupação com o meio ambiente, a responsabilidade social, dentre outros

autor, o processo de expulsão e logo de inclusão da pobreza no mercado estaria associado ao fato de que, graças à riqueza acumulada ao longo de décadas, as sociedades capitalistas teriam atingido a produção necessária sem a participação de uma ampla e crescente porção dos seus membros

Para discutir a plausibilidade da explicação de Bauman, será necessário debruçarmos na pesquisa teórica e empírica. Mas na proposição da autor, gostaria de destacar um aspecto da sociedade de consumidores que auxíla o esforço deste texto de articular o problema da tese. Nessa sociedade, os projetos de vida se constroem segundo as opções de consumo e não sobre o trabalho. Desse modo, se em outra época "ser pobre" significava estar sem trabalho, hoje envolve fundamentalmente a condição de um consumidor expulso do mercado (Bauman, 2000). Esta passagem, segundo o autor, modifica radicalmente a situação tanto da experiencia de viver na pobreza, como as perspectivas de sair dela.

Retomemos os anos 2000 para avançar na problematização sobre as mudanças nas formas de vida a periferia. Nesse anos, o quadro da década anterior de altíssimas taxas de homicídio foi revertido drasticamente. Houve uma queda de 68% no número de homicídios de homens entre 15 e 29 anos no estado de São Paulo⁸. Essa mudança na taxa de homicídios teve grande repercussão e visibilidade tanto no país como no âmbito internacional. Na explicação deste fenômeno, foram aventurados uma série de “fatores” (diminuição da pobreza, desarmamento, subnotificação, mudança demográfica, melhorias na infra-estrutura a polícia), ao passo em que, ONGs, fundações e o governo reivindicavam este “avanço” às suas próprias ações. Foi possível notar nesse momento a disputa pela "imagem pública" do problema e a disparidade existente no acesso ao mundo público. Dessa transformação, resultou o desvendamento de outra mudança também de soma importância que ficava obscurecida nessas explicações: a ampliação das atividade de organizações criminosas e fortalecimento do Primeiro Comando da Capital (PCC). A explicação da queda de homicídios, como vem desde então enfatizando Gabriel Feltran, estava muito clara para os moradores da favelas e para os movimentos sociais. A partir de 2003, 2004, o PCC alcança uma hegemonia no sistema prisional. No processo de hegemonia, a organização do crime tinha desenvolvido práticas de mediação de conflito dentre e fora das cadeias que se espalharam como

⁸ Em 2001, a taxa era de 164,9 óbitos por 100 mil habitantes. Já em 2007, esse número diminuiu para 52,3 (IPEA, A situação social nos estados: o caso de São Paulo)

instâncias de autoridade na periferia. A respeito da expansão do PCC, Feltran (2010) afirma que o período de encarceramento massivo corresponde, exatamente, ao período de expansão e ampliação dessa organização nos anos 2000. A introdução dos “debates” como mediadores legítimos da conflitualidade própria desse ambiente é um mecanismo central nessa explicação (Feltran, 2010). Os debates se disseminaram nas cadeias e, com isso, a hegemonia da organização nesses espaços. Nos territórios e nas prisões em que hoje o PCC está presente “não pode mais matar”, como os entrevistados do autor afirmaram. O princípio prevê que a morte de alguém só se decide em sentença coletiva, legitimada por tribunais compostos por pessoas respeitadas do PCC. Antes da instalação desse mecanismo —como vimos—, o assassinato desencadeava um espiral de vinganças privadas; na palavras de Gabriel Feltran, espiral “que acumulava corpos de meninos nas vielas de favela, há oito ou dez anos atrás, foi diminuída em grande medida” (Feltran, 2010: 69). A pesquisa de campo que realizei em 2008 no Cidade Tiradentes, bairro periférico da cidade de São Paulo, confirmavam os resultados dessas pesquisas. Com isso, as disputas territoriais na região cessaram, provocando a redução das mortes violentas no bairro. Os moradores destacavam principalmente a forte ou quase total diminuição dos “*crimes à toa*”. Também identifiquei na explicação dos moradores o mecanismo dos “debates”, ouvi em várias entrevistas afirmações como a seguinte: “*hoje em dia os caras conversam, antes qualquer coisa já matava*” (é a expressão “crime à toa”). As mudanças ocorridas — controle de uma organização criminosa, concentração espacial do crime, investimentos públicos de infra-estrutura urbana e serviços—, permitiram que áreas no interior do bairro fossem liberadas para o desenvolvimento de atividades rotineiras (lazer, passeio, compra, deslocamento, visita a vizinhos). Entretanto, o crime continua presente no cotidiano “nas quebradas” e na sociabilidade geral.

Desse modo, nos anos 2000 o cenário de precariedade e desemprego estrutural foi transformado pela “economia política do Lulismo”. A diminuição da pobreza monetária teria confluido com uma mudança da relação do mercado com esses mesmos pobres, vistos agora de forma positiva. Diante da super-disponibilidade do capitalismo, começa a se articular uma narrativa ascensional baseada no consumo. Ascensão que na ausência da movimentação e da luta de classe, se circunscreve ao plano individual. A narrativa ascensional tem como qualidade não só a promessa de sair da pobreza (ausência de

consumo), mas também a capacidade de organização da vida numa forma etapística⁹; o acesso a bens e sua reposição (comprar a geladeira, fazer a reforma da casa, trocar a TV, torçar o sofá, trocar o celular, etc) formam um ciclo que oferece ao sujeito os passos a seguir (sem restituir um horizonte concreto, um sentido ou uma finalidade para a vida). Ciclos que, na sua repetição, tendem a ir "acelerando" o tempo entre seu início e fim (às vezes de forma gradual, outras de forma abrupta) a medida em que a imaginação e o desejo são estimulados. No horizonte do capital, não há limites para o desejo e, no seu tempo, os ciclos se repetem incansavelmente. Assim, o tempo gira no ciclo do desejo e do desencanto como numa rotatória, sem sair do lugar. Longe de alumbrar um horizonte de transformação, a repetição pode descambar na degradação. Estes ciclos parecem ser distintos daquele do "sonho da casa própria", suporte material de um projeto de vida operário, cuja temporalidade transcorria ao longo de um processo de luta ou ao longo de uma vida, e era um fim em si mesmo. Numa segunda etapa —na reversão da situação anterior de organização, de "melhorias" e ordem—, o ciclo ascensional começa a gerar uma "entropia"; degradação e desordem, quando a cultura do capital ganha mais espaço na imaginação. Como vimos na paixão que se auto consome, a imaginação passa rapidamente de uma forma vigorosa na antecipação (e estímulo da potência) para uma perda de vitalidade no consumo. No âmbito do estímulo do desejo individual que se divorcia da realidade encontra-se, por exemplo, o consumo de marcas. O valor é gerado não só pelo real (uso, utilidade), mas também pelo irreal. Os ciclos do discurso ascensional e sua repetição podem levar à alteração da própria capacidade de ação. Segundo Birman (2004), a compulsão começa a tomar conta da própria ação como uma perturbação desta (ação que no tempo dos processos — ou seja, a história— pode ocorrer inclusive como ação política no tempo da transformação). As compulsões seriam "formas tumultuadas de ação que a subjetividade lança mão diante das suas impossibilidades de ação" (Birman, 2003: 03). As compulsões se inscrevem no registro do imaginário e seus efeitos são de curta duração, por isso, tendem a se repetir infinitamente. Nos anos 2000 este processo encontra na "Vida Loka" sua exaltação mortífera. De acordo com Pedro Malvasi, na sua tese de doutorado sobre a Vida Loka, a expressão surge no interior do mundo do crime e circula no cotidiano das "quebradas", envolvendo não só aos jovens que se relacionam diretamente com o tráfico. Junto aos

⁹ Esta ideia foi proposta pelo Prof. Christian Dunker no curso "Psicanálise e cinema: narrativas do sofrimento" realizado em agosto do corrente ano, no centro de extensão universitária Maria Antonia da Universidade de São Paulo.

pichadores, grupos de hip hop, ao associativismo civil das ONGs, times de futebol de várzea, o trabalho em profissões em risco (como motoboy), a Vida Loka faz parte da forma de vida dos jovens nas periferias (Malvasi, 2011). Escrita em adesivos, em carros, pichações em muros, a Vida Loka, segundo o autor, constitui uma síntese do "imponderável na casualidade" e revela uma forma de vida que se depara com a desordem e cujo controle escapa completamente ao sujeito. Na explicação de Malvasi (2011) a Vida Loka expressa "o aparente caos que cada indivíduo deve gerenciar, mas, também, o reconhecimento de que o mistério do fluxo da vida cotidiana não é controlado por ações governamentais (como aquelas presentes no sistema socioeducativo) ou por qualquer poder humano" (Malvasi, 2011: 205). O autor que acompanhou ao longo de dois anos o cotidiano de jovens na periferia notou que a Vida Loka surge como um "dialeto nas quebradas". Posso arriscar a dizer, como uma matriz discursiva. O tráfico de drogas teria i) estruturado instâncias de poder territorial ("nas quebradas") para o exercício das práticas desse mercado, ii) articulado práticas e discursos do "mundo do crime" (Malvasi, 2011), e iii) estabelecido instâncias de autoridade e ordenação social na mediação de conflitos (Feltran, 2010).

De acordo com Feltran (2012), a entrada dos jovens no "mundo do crime" é explicada numa narrativa que se mostrou freqüente entre seus entrevistados: "a *necessidade* em casa, a presença dos colegas próximos do mundo do crime, o monte de dinheiro de quem volta da "fita" (ação criminosa), a apresentação das armas, o ritual da primeira ação e a recompensa" (Feltran, 2011: 405). Os jovens encontram no crime uma atividade marcada por riscos que ao mesmo tempo, nas palavras de Feltran, "sem bem feita, abre as portas do consumo — e isso não é pouco, para quem nunca pôde consumir" (Feltran, 2012: 405). De acordo com o relato de Gabriel Feltran, o dinheiro obtido no crime permite a satisfação imediata — como ressalta— do desejo por bens "fundamentais à vida "social" do jovem da periferia: "tênis sofisticados, telefones celulares de último tipo, roupas de marca e, se possível, motos e carros com acessórios e aparelhagem de som" (Feltran, 2012: 406)¹⁰. O crime, assim, coloca ao jovem diante da realização imediata do seu desejo num patamar de consumo que dificilmente poderia obter com a remuneração dos trabalhos oferecidos à periferia. A respeito dos trabalhos

¹⁰ O funk da ostentação lista quase de forma monótona uma série de marcas e objetos aros à Vida Loka. São esses que ganham visibilidade nas festas funk na periferia, cujo camarote é ocupado pelos empresários do crime, em que ostentam as mulheres mais lindas e baldes de "red label".

"lícitos", Singer (2012) revela que o enorme número de postos de trabalhos formais criados no lulismo foi, por um lado, um freio à catástrofe do desemprego estrutural da onda neoliberal e, por outro, não chega a oferecer "bons trabalhos" ou seja, aqueles que se desenvolvem sob boas condições laborais; na explicação de André Singer "pois os empregos criados, embora protegidos por lei, tem condição precária, sobretudo em virtude de sua alta rotatividade. Ao estimular os setores do capitalismo orientados pela lógica da super exploração como é o caso do telemarketing ou da construção civil, o lulismo convive com a precariedade" (Singer, 2012: 198). Segundo Feltran (2012) "a remuneração pelo serviço (do crime) é variável, mas sempre atrativa se comparada às atividades lícitas, e cresce conforme o nível de vinculação dos indivíduos à estrutura do negócio" (Feltran, 2012: 405). O crime funciona, assim, como uma verdadeira empresa da ilegalidade, cujos gerentes são os "*empresários no ghetto*"¹¹. Pensar na "atração" do crime revela também seu oposto no âmbito do trabalho; a monotonia, repetição cansativa que não tem fim. Aqui emerge a forte polarização deste modo de vida posta pelo capital; por um lado, a monotonia de atividades laborais que se repetem e são mal remuneradas; por outro, a iluminação, o destelho ou o brilho despejado na pobreza que pode consumir, que é potencial, que no seu agregado de indivíduos potentes podem ser "empreendedores incansáveis". O estímulo pelo desejo na paixão que se auto consome, no crime, é mortal. A Vida Loka se apresenta como a vida incerta, arriscada, improvável e sob risco permanente. Assim, ela está sempre às voltas com a incerteza do futuro e a impossibilidade de um domínio sobre a própria vida (Malvasi, 2011). O mercado do crime e a iluminação da super-disponibilidade do capital deslocam fortemente, então, o eixo ou limiar do que o desejo do consumo e acesso a bens pode alcançar. Em outras palavras, perturbam a expectativa de consumo geral. Esse eixo se desloca não só para os jovens inscritos "no mundo do crime" (portanto, não só para o jovem do mundo do crime, nem para as famílias de menor renda, nem para o jovem em geral que participa do discurso da Vida Loka). Coloca-se para a forma de vida na periferia nos ciclos ascensionais. Gabriel Feltran mostrou que dentro de uma mesma família podem conviver "trabalhadores" e "bandidos". É o caso de uma das famílias que acompanhou por vários anos em Sapopemba. Os filhos de Ivete, migrante da Bahia, cresceram próximos ao crime. O seu projeto de reforma da casa era nutrido simbolicamente pelos filhos "trabalhadores" e "orgulhos da mãe", que fizeram as obras,

¹¹ Expressão adotada por um colega pesquisador, morador da Cidade Tiradentes.

e materialmente pelos filhos " do crime". O dinheiro do tráfico não só comprou o material, como também pagou a mão de obra dos irmãos (à qual não pode se acessar via crédito). Neste caso relatado por Feltran (2012), observa-se uma transposição perversa; o trabalhador continua a ter um papel simbólico, mas é afastado da sua capacidade de gerar o material suficiente (dinheiro) para atingir um projeto de vida no ciclo ascensional. Quem pode, pode. Neste caso, são os filhos do crime, que podem a custos mortais; quase todos foram assassinados ou vivem como *zombies* em função da dependência ao crack¹².

As crônicas do rap denunciam este "jogo sujo". De acordo com Hirata (2012), o alvo das críticas dos Racionais vão do senhor do engenho, que conduziu o processo de escravidão, "às grandes empresas multinacionais, que produzem os objetos de consumo que existem na favela, sejam roupas, bebidas ou armas" (Hirata, 2012:199). O jogo, na letra do rap, desencadeia o conflito violento na medida em que sua dinâmica conjuga "miséria e consumo; duas dimensões produzidas pelo *outro lado*" (Racionais, citados por Hirata). Coloca-se ali a difícil relação entre a tentativa de escapar das condições de pobreza e o consumo (Hirata, 2012). Esta é uma das transformações de uma sociedade de consumidores (segundo a Bauman) que modifica radicalmente a situação tanto da experiência de viver na pobreza, como as perspectivas de sair dela. O consumo encontra na Vida Loka, gerada no interior do crime, sua exaltação mortífera e, sem o tempo dos processos ou da história, os sujeitos se encontram incansavelmente diante de um problema que se repete; a encruzilhada de seguir no crime (e ter acesso a tudo que se deseja, mesmo que com isso seu tempo de vida diminua drasticamente) ou continuar vivendo como um "Zé" (aquém do que deseja consumir e num tempo que se repete e se estende na realização de trabalhos precários). Assim, nesse tempo em que parece não existir saída, os caminhos voltam-se a encontrar sempre na mesma encruzilhada.

É interessante como a figura do "Zé" (também chamado *de Zé povinho, Zé ruela, Zé mané*, dentre outros Zés) pode nos ajudar como uma espécie de chave ou elo para compreender a passagem para a década seguinte na mudança de expectativas do todo social. Na letra do rap dos Racionais encontramos recorrentemente esta personagem. Na letra da " Vida Loka Parte I" fazem uma conexão entre a encruzilhada e o tempo da vida;

¹² Giorgio Agamben e Suely Rolnik desenvolvem uma crítica ao capitalismo e seus impactos na subjetividade moderna por meio da adoção da figura do Zombie, que seria uma subjetividade sem substância. No desenvolvimento da tese, buscarei desenvolver melhor este conceito.

*"Tempo pra pensar,
Que para,
Que se quer,
Viver pouco como um rei,
Ou então muito, como um Zé"* (Vida Loka - Parte I)

Conclusões

Retomando a Dunker (2011), o "Zé ninguém" é aquele que "abre mão de satisfação sexual e do risco representado pelo desejo, em troca do acolhimento bestificante da normalidade". O *Zé Ninguém* não é necessariamente o pobre que sofre, "mas aquele que desistiu de ver em seu sofrimento a expressão de um desejo e a articulação de uma demanda. Seu problema passou a ser seu vizinho" (Dunker, 2011: 1-2). É esta mesma personagem, que encarna a resignação e a temporalidade estagnada, à qual o discurso da Vida Loka — que se amplia e fortalece nos anos 2000— se opõe, porém, também assumindo a impossibilidade da mudança numa temporalidade alterada; fugaz e no ritmo do gozo imediato. De acordo com Malvasi (2012), o discurso e as práticas da Vida Loka se originam no interior do crime e, hoje, têm grande força "nas quebradas". Sua vivência leva ao jovem ao dilema: "de sair do crime e procurar viver como um *Zé*, realizando trabalhos enfadonhos e mal remunerados, comuns aos moradores das periferias paulistas, sem acesso ao mundo de bens desejados, ou continuar vivendo como um *Rei*, ainda que de maneira fugaz e perigosa. No limite, trata-se de uma escolha econômica" (Malvasi, 2012: 205). Em ambos registra-se uma alteração em relação ao futuro; este é um eterno presente (para o *Zé* da normalidade), ou não existe ou é uma completa incerteza (para o *Rei* da Vida Loka.). Se o *Zé* "abre mão da sua satisfação sexual"; o *Rei* da Vida Loka sempre se cerca das mulheres mais bonitas; se o crescimento brutal da oferta de consumo faz o *Zé* se sentir aquém, o *Rei* da Vida Loka consome e goza, literalmente, até morrer. A respeito do acesso a bens "desejados", assim, o consumo que se torna não só acessível mas também superdisponível começa a articular uma narrativa ascensional e passa a ser o divisor de águas da encruzilhada do *Zé* e o *Rei*. O consumo encontra no crime uma exaltação e um desejo mortífero, atingível apenas se vinculando com ele. Numa dança de opostos, o espaço para o tempo da transformação se comprime e adere — quase de forma desesperadora— ao tempo da continuidade e da destrutibilidade.

Referências bibliográficas

Bauman, Zygmunt (2000) *Trabajo, consumismo y nuevos pobres*. Editorial Gedisa: Barcelona

Birman, Joel (2003) *Dor e sofrimento num mundo sem mediação*. Texto apresentado no II encontro mundial sobre estados gerais da psicanálise, Rio de Janeiro.

_____ (1999) *Cartografias do feminino*. São Paulo: Editora 34.

Butler, Judith; Laclau, Ernesto e Žižek, Slavoj (2000) *Contingency, Hegemony, Universality: contemporary dialogue on the left*, Ed. Verso: Londres

Caldeira, Teresa (2000) *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 1ª Edição, São Paulo: Edusp.

Carvalho, José Murilo (2001). *Cidadania no Brasil*. São Paulo, Civilização Brasileira

Chauí, Marilena (1986) *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 4ª Edição, São Paulo: editora brasiliense

Costa, Sérgio (1997) *Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 12 n. 35 São Paulo, fevereiro.

Dagnino, Evelina (2004) *Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa*. Política & Sociedade, n 5, Outubro.

Dunker, Christian (2011) *A miséria Neurótica e a pobreza real*. Aula Pública ministrada em 2011 no Ocupa Sampa, São Paulo

_____ Kyrillos, Fuad Neto (2010) *Curar a Homossexualidade? A psicopatologia prática do DSM no Brasil*. Revista Mal-estar e Subjetividade – FoRtaleza – vol. X – No 2 – p.425-446 – jun.

_____ (2009) *A Lógica do Condomínio ou: o Síndico e seus Descontentes*. Revista Leitura Flutuante – Volume 1

Feltran, Gabriel (2012) *"Trabalhadores" e "bandidos" na mesma família*. IN: Saídas de Emergência (orgs) R. Cabanes; I. Georges e V. Telles. São Paulo: Botiempo.

_____ (2011) *Fronteiras de Tensão: política e violência na periferia de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp

_____ (2010) *Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo*. Caderno CRH, Salvador, 23: 59-74, maio-agosto

_____ (2007) *Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo*. Lua Nova, São Paulo, 72: 83-114

Fernandes, Marco Aurelio (2010) *A falta que faz a mística: Elementos para a retomada do trabalho de base nos movimentos populares*. Tese de doutorado em psicologia social apresentada no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Fontanelle, Isleide (2004). *Os caçadores do cool*. Revista Lua Nova, nº 63.

Fuentes, Claudio (2004) *La inevitable "mano dura": sociedad civil y violencia policial en Argentina y Chile*. Rev. cienc. polít. (Santiago) [online]. vol.24, n.2, pp. 3-28.

Fuks, Mario (2000). *Definição da Agenda, debate político e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social*. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, v.49, pp.79-94

Hiranta, Daniel (2012) *Vida loka*. IN: Saídas de Emergência (orgs) R. Cabanes; I. Georges e V. Telles. São Paulo: Botiempo.

Horkheimer, Max (2007[1955]) *Eclipse da razão*. 7ª Edição, São Paulo: Centauro.

Kehl, Maria Rita (2009a) *A fratria órfã: conversas sobre a juventude*. São Paulo: Olho d'Água.

_____ (2009b) *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo editorial.

Lahuerta, Milton (2001) *Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil*. Cad. AEL, v.8, n.14/15

Laclau, Ernesto (1986) *Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2 (41-47), out.

Lotta, Gabriela e Pavez, Thais (2010) *Agentes de implementação: mediação, dinâmicas e estruturas relacionais*. Cadernos Gestão Pública e Cidadania / v. 15, n. 56, São Paulo: pp 109 - 125

Löwy, Michael (2008) *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 18ª Edição, São Paulo: Cortez.

Malvasi, Paulo Artur (2012). *Interfaces da vida loka: Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Mézáros, István (2010) *El desafío y la carga del tiempo histórico: el socialismo en el siglo XXI*. Santiago de Chile: LOM Ediciones

Ota, Nilton (2010). *O poder como linguagem e vida: Formalismo normativo e irrealidade social*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

Rizek, Cibele (2011) *Práticas culturais e ações sociais : novas formas de gestão da pobreza*. Texto apresentado no XIV encontro da Nacional da ANPUR em maio de 2011, Rio de Janeiro.

Simionatto, Ivete (2009) *Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana*. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 41-49 jan./jun.

Singer, André (2012) *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2010) *A segunda alma do Partido dos Trabalhadores*. Novos Estudos, n 88, novembro.

_____ (2009) *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*. Novos Estudos, n 85, outubro.

Souza, M. R (2009) *Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz*. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, 1(1):1-28.

Sader, Eder (2001[1988]) *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 4ª Edição, Paz e Terra: São Paulo.

Sennet, Richard (2006). *La cultura del nuevo capitalismo*. Editorial Anagrama: Barcelona